

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O ÂMBITO ESCOLAR DE CRIANÇAS E JOVENS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL DO SISTEMA PÚBLICO MUNICIPAL DE REDENÇÃO

Stefany Fernandes Silva¹

Vanessa Teixeira de Freitas Nogueira²

RESUMO

Este artigo trata sobre o processo inclusivo educacional de crianças e jovens com deficiência, versando sobre a educação inclusiva contrapondo a integração social existente nas escolas que por sua vez, em casos, tornam-se meios de “exclusão”. Configura o objetivo da pesquisa, analisar as práticas de educação inclusiva nas escolas públicas municipais, além de observar que tipo de impacto social gera-se na vida dos participantes desta inclusão quando trabalhada de forma positiva e quando não trabalhada. Iniciaremos por meio de uma abordagem constitucional sobre as bases legais de inclusão social e educacional, seguida conceitos e reflexões sobre a educação inclusiva e diferenciação da integração escolar, que serão chaves para compreensão e embasamento desta pesquisa, além de fundamentais para uma análise crítica sobre este processo inclusivo. Por fim, apresenta-se a pesquisa de campo realizada no município de Redenção-CE em 3 escolas públicas no ensino fundamental, por um estudo de caso através de observações e entrevistas dentro do âmbito escolar das crianças e jovens com deficiência. Os resultados obtidos mostram que a educação inclusiva ainda é um desafio para o município investigado, sendo um processo lento e de forte luta para sua efetivação. Onde podemos já encontrar nos espaços que oferecem uma educação inclusiva, alguns avanços no desenvolvimento socio acadêmico dessas crianças e jovens, assim como também no diferencial produzido na vida dos que convivem neste âmbito, estabelecendo uma quebra de estigmas sociais negativos relacionados à deficiência, além de um afloramento sensível e empático com o próximo, tendo-se como as relevâncias sociais para a origem desta pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE:

Educação Inclusiva; Deficiência; Desenvolvimento; Inclusão; Direito;

¹ Graduanda do curso de Bacharelado em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). E-mail: stefanyfernandesweb@gmail.com

² Orientadora. Mestre em Psicologia pela Universidade de Fortaleza, (2014), Professora efetiva de Libras pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). E-mail: vanessa.teixeirafn@unilab.edu.br.

INCLUSIVE EDUCATION: THE SCOPE EDUCATION OF CHILDREN AND YOUNG PEOPLE WITH DISABILITIES IN THE FUNDAMENTAL EDUCATION OF THE MUNICIPAL PUBLIC SYSTEM OF REDEMPTION

Stefany Fernandes Silva¹

Vanessa Teixeira de Freitas Nogueira²

ABSTRACT

This article discusses about the process of disabilities children and youth inclusion in municipal public schools of the city of Redemption, dealing with inclusive education contrasting said existing social inclusion in schools which in turn in cases become means of "exclusion". Sets the objective of the research analyze whether there is a practice of inclusive education dedicated to the development and inclusion of these children and young people in schools. a constitutional approach to the legal basis of social and educational inclusion, followed by historical assumptions of inclusive education, its importance and differences of school inclusion is made initially. Finally presents the field research conducted in schools at the level of primary education, by a case study through observations and interviews in schools of children and youth with disabilities. The results show that inclusive education even though a lawful right, is still a challenge for schools, which is a slow and strong fight for effective and secure that right process. In schools where there is an inclusive education, you can see some fruits of this effectiveness, both in the development of these children and young people, as the generated difference in the lives of those who participate in this process, whether educational professionals, family members and others living together in this area, establishing in turn a number of breaks of negative social stigma related to disability, as well as a sensitive and empathetic to outcrop to the next, where it enhances the human side of all these being the social relevance to the origin of the research.

KEY WORDS:

Inclusive education; Deficiency; Development; Inclusion; Entitlement.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva por vezes se é um grande motivo de discussões, pesquisas e debates no meio acadêmico, autores como Romeu K. Sasaki(1997;2005), Maria Teresa E. Mantoan(2002;2003) e David Rodrigues(2006) voltam-se suas formações na área da Educação, para uma vida dedicada à educação especial e inclusiva, estes trazem grandes bagagens de conhecimento que serão fundamentais para o embasamento teórico desta pesquisa, além de potencializarem a importância da inclusão social e educacional na sociedade em que vivemos. A educação inclusiva ganha sua visibilidade no Brasil a partir do início da década de 90, após a Declaração Mundial de Educação para todos, que ocorreu a ampliação da ideia das escolas inclusivas, além de que também foi um dos meios de aceleração da municipalização da educação básica, porém, apesar de parecer tardia, a educação de pessoas com deficiência na sociedade não é algo novo, ela esteve presente desde muito cedo por volta de 1620 em Paris, mas como forma de Educação Especial em instituições específicas, o que apesar de representar um avanço na vida e no desenvolvimento pessoal, não se era trabalhado a inclusão social, o que gerava consequências no desenvolvimento da sociedade e das próprias pessoas com deficiência.

Conceitua-se a Inclusão Social como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas e a sociedade buscam, em parcerias, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos. (Sasaki,1997,p.3)

Sasaki(1997), situa a inclusão social como um processo fundamental no papel da sociedade, onde ela adequa seu sistema a pessoa com deficiência e tem que processualmente empenhar-se na eliminação de fatores que excluam estas pessoas do meio social, além de igualar as oportunidades para todos, embora que ainda há vezes que o senso comum utiliza-se do discurso de que as pessoas com deficiência precisam se adaptar ao meio, no entanto mais do que um conceito, a inclusão é um dever social assegurado por diversas vertentes legislativas, tendo como principais a Constituição Federal Brasileira de 88 e Lei Brasileira de Inclusão nº13.146/2015.

No Brasil, de acordo com o último censo demográfico realizado em 2010 a população de pessoas com alguma deficiência registra cerca de 45,6 milhões, chegando a representar ¼ da população brasileira. Este significativo e crescente número, não se diferencia das realidades escolares, segundo o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) “cada ano, aumenta o número de pessoas com deficiência em salas de aula comuns:

entre 2005 e 2015, o salto foi o equivalente a 6,5 vezes, de acordo com o Censo Escolar, no total subiu de 114.834 para 750.983 estudantes especiais convivendo com os demais alunos” espaço e conquista estes garantidos no Brasil pela Lei 7.853/89 e a Lei 13.146/2015, conforme mencionado acima, abordam sobre a educação como um direito visando o pleno desenvolvimento e o apoio às pessoas com deficiência, sua integração social e educacional.

A educação inclusiva de crianças e jovens com deficiência no âmbito escolar, apesar de um todo um aparato constitucional, sua aplicação no ensino público ainda é um grande desafio, que envolve desde questões estruturais até a formação continuada dos profissionais da educação. Atualmente quando voltamos à atenção a este desenvolvimento socio acadêmico das pessoas com deficiência, tem se amparados pela LDB 9.394/96 no art. 58 o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Apoio Pedagógico Especializado (APE) para todas as pessoas que possuam dificuldades de aprendizagem, no entanto, nem sempre os direitos garantidos são deveres cumpridos pelos governos e municípios. Apesar de haver em sua maioria, uma forte preocupação das escolas com a inclusão e aprendizado destes alunos, ainda falta diversos recursos para que as elas sejam de fato inclusivas.

Mas ora, de que adianta o número de matrículas só aumentar, se as escolas continuarem as mesmas? Quase não se ocorrem mudanças em suas políticas pedagógicas e nos currículos escolares, há a falta de formação de professores e gestores para receber estas crianças e de uma adaptação arquitetônica inclusiva, a escassez de apoios pedagógicos especializados para o planejamento de metodologias e práticas educacionais inclusivas para a aprendizagem junto aos professores em sala de aula, em AEE's sem o conjunto de profissionais completos dificultando o trabalho de desenvolvimentos dessas crianças e jovens, os fatores que dificultam parecem não ter fim. Sabe-se que o que se ocorre nas escolas como processo de integração social, tem seu papel de grande relevância no desenvolvimento destas crianças, inclusive é formalmente explicado por Vygotsky(1998):

"Um processo interpessoal (entre pessoas) é transformado num processo intrapessoal (no interior da pessoa). Todas as funções no desenvolvimento da criança aparecem duas vezes: primeiro no nível social, e, depois, no nível individual; primeiro entre pessoas (interpsicológica) e, depois, no interior da criança (intrapsicológica). Isso se aplica igualmente para a atenção voluntária, para a memória lógica e para a formação de conceitos. Todas as funções superiores originam-se das relações reais entre indivíduos humanos".

Veja que Vygotsky(1998) conceitua que o desenvolvimento da criança ocorre de duas maneiras, da qual a primeira trata-se justamente da integração social que se é constituído pelas formas de interação e com ela pode obter êxitos ou fracassos, dependendo de como se é

trabalhada. E a segunda ele trás o seu individual, que é quando chegamos ao declínio da educação inclusiva brasileira. O desenvolvimento pessoal possibilita uma interação mais autônoma da criança e do jovem com seu meio social, fortalecendo a quebra de estigmas negativos relacionados as pessoas com deficiência, o desenvolvimento pessoal rompe mais do que barreiras de conhecimentos, ele traz avanços, qualidade e direito a uma cidadania, à uma vida melhor. "Todas as crianças podem aprender e se desenvolver... As mais sérias deficiências podem ser compensadas com ensino apropriado, pois, o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental" (Vygotsky, 1989).

Trazendo uma realidade nacional para o local de delimitação da presente pesquisa, atualmente de acordo com a secretária de educação, o número de alunos com deficiência ingressados na rede pública de ensino na cidade de Redenção-CE representa o equivalente a 8% dos alunos matriculados na educação básica, entretanto, o município encontra-se em um processo lento de inclusão, onde leis e políticas públicas ainda não se encontram em pleno exercício, é necessário que a gestão educacional municipal, possam ter novas olhares para essas crianças e jovens, que os mesmos sejam vistos mais do que meros números de inclusão nas salas de aulas superlotadas, mas como pessoas que tenha acesso a um currículo educacional adaptado, profissionais da educação especializados e um ensino adequado ao seu desenvolvimento, sem que nenhuma criança fique para trás na educação em sala de aula.

Como podemos analisar a inclusão educacional, é muito mais do que apenas a permanência destas crianças e jovens nas escolas regulares, é preciso se analisar todo o processo inclusivo desde uma preparação estrutural a uma educacional nas escolas. Diante de tais problemáticas do município em relação ao processo inclusivo das crianças e jovens com deficiência no ensino público, esta pesquisa debruçasse sobre uma perspectiva de investigação e análise do processo inclusivo, buscando desvendar se é exercida uma educação inclusiva na educação básica, com enfoque no ensino fundamental nas escolas municipais.

O objetivo desta pesquisa configura-se na importância dos resultados de uma prática efetiva da inclusão sócio acadêmica no desenvolvimento processual destas crianças e o impacto nos demais participantes deste processo no seu desenvolvimento, do respeito ao conviver com a diferença, e na quebra de estigmas sociais negativos em relação à deficiência desenvolvidos por representações sociais, visando um aprimoramento do lado humano desde a primeira infância na sociedade que se torna um diferencial para toda a vida.

Além disto, ressalto como contribuição e interesse de justificativa do tema, o fato de ter no seio familiar um irmão com TEA (Transtorno Espectro Autista), e poder explicar um olhar além do que o reflexo desta inclusão escolar sobre seus participantes, mas também em

suas famílias, por sentir na pele as dificuldades deste processo inclusivo. Temos a família em sua maioria, como a base fundamental nas lutas pelos direitos e efetivação dos mesmos para uma qualidade de vida melhor para seus filhos e parentes. No município há a existência de um representativo movimento social de pais e amigos das pessoas com deficiência, conhecido como Associação de Pais e Amigos dos Deficientes de Redenção (APADR), da qual se destacam como um dos responsáveis pela valorização e luta efetiva na cobrança perante a gestão municipal pelas políticas públicas e práticas dos direitos de inclusão. Mantoan (2003) explicita muito bem em um trecho de sua obra o contexto da família neste processo de inclusão educacional: “Eles são uma força estimuladora e reivindicadora dessa tão almejada recriação da escola, exigindo o melhor para seus filhos, com ou sem deficiências”.

Tendo então estas bases, traz-se como metodologia uma pesquisa que visa trazer observações, análises, questionamentos, novas percepções e valorização do processo de inclusão educacional partindo da educação básica, também enfocando o impacto social transcendente que pode gerar a inclusão quando trabalhada de forma positiva e efetivamente por todos os responsáveis. Com isso, limitando-se a cidade de Redenção que é dividida entre regiões (Serra, Centro e Distrito), optou-se por realizar uma pesquisa qualitativa, por um estudo de caso através de observações destas crianças e jovens no seu âmbito escolar, onde a foram abordadas três escolas, cada uma situada em uma região de Redenção, para que pudesse ocorrer de forma mais abrangente conceituação desta inclusão educacional.

Como preferível da pesquisa não se limitar apenas a uma deficiência e sim poder explicar diversas realidades dos entrevistados e observados estão: o Estudante 1, de 6 anos que tem autismo em nível leve, conhecido também como síndrome de asperge, aluno da EMEIEF Cecília Pereira localizada em Antônio Diogo, distrito de Redenção; Estudante 2, de 8 anos com síndrome de down, aluno da EMEF Maria Augusta Russo dos Santos, localizado no Centro; e a Estudante 3, uma jovem de 12 anos com baixa visão, aluna da EMEIEF João Alves Gouveia, localizada na Serra da Faísca a 13km do Centro. Além do método de observação, utilizaram-se entrevistas narrativas com professoras das salas e um apoio pedagógico especializado, para um melhor conhecimento deste âmbito escolar.

Diante da necessidade de análise de um ambiente escolar inclusivo, este artigo se divide em cinco tópicos: no primeiro tópico, as reflexões giram em torno das bases legais inclusão social e educacional em relação às pessoas com deficiência. O segundo tópico sobre os pressupostos históricos da educação especial e inclusiva. O terceiro tópico, denominado “Educação inclusiva x integração social: contextos e realidades” traz conceitos e reflexões sobre a educação inclusiva e sua diferenciação da integração escolar, que serão chaves para

compreensão e embasamento desta pesquisa, além de fundamentais para uma análise crítica sobre este processo inclusivo. Já no quarto procuramos situar a metodologia da pesquisa usada para elaboração do presente artigo e uma análise, demonstrando o papel do município e da escola na efetivação de educação inclusiva nas escolas públicas e um comparativo dos resultados das diferentes práticas inclusivas encontradas nas escolas. Por fim, abordaremos as considerações finais desta pesquisa para a educação do município e a sociedade redencionista na perspectiva de uma futura sociedade inclusiva.

1 TERMINOLOGIAS E BASES LEGAIS DE INCLUSÃO EDUCACIONAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Iniciaremos este tópico com uma luz primordial para o processo de inclusão educacional das pessoas com deficiência: a legislação, um conhecimento sobre as leis nos assegura e fundamenta a cobrança deste processo de inclusão nas escolas, além disso, explanaremos brevemente as terminologias utilizadas ao longo dos tempos pela constituição e sua variação.

1.1 Terminologia mais apropriada e seu histórico na constituição brasileira

Para tratar deste tipo de categoria específica, houve diversificações com o decorrer do tempo e aos poucos ganhando aperfeiçoamento. Inicialmente, na primeira emenda constitucional em 1961, utilizou-se o termo ‘excepcional’, no entanto, este termo remetia para apenas um tipo de deficiência: a mental, logo, não foi um termo muito adequado e inclusivo.

A Constituição Federal de 1988 adotou o termo ‘pessoas portadoras de deficiência’, termo este que era visto de maneira mais adequada que o anterior, apesar de que mesmo o termo ‘deficiente’ isoladamente, aparenta um estigma, como perda, imperfeição, falta, defeito; ao enquadrar o termo ‘portadores’, torna-se mais leve, ressaltando o caráter pessoal da nomenclatura.

No entanto, somente após a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que ingressou no Brasil por meio do Decreto-Legislativo nº 186/08, foi que o termo mais adequado surgiu, ‘pessoas com deficiência’, tendo em vista de que a ideia de ‘portar’ é errônea, pois a pessoa tem uma deficiência, não a porta, não é algo que ela possa em um momento ter e outro não ter mais. Visto que a Convenção tem valor constitucional, a partir de então até os dias de hoje se tem este termo como a nomenclatura mais adequada.

1.2 Bases legais das pessoas com deficiência na educação

Desde muito cedo a sociedade nos ensina que somos todos iguais perante as leis e que apesar de em espécie sermos iguais, possuímos nossas diferenças, e para um bom funcionamento da sociedade precisamos aprender a conviver com todas elas. Quando se fala das pessoas com deficiência atualmente é tratado diretamente de cidadania e democracia, assim como igualdade social, respeito às diferenças e aos direitos humanos.³

Em um Estado Democrático de Direito, a igualdade é pregada como fundamental para a democracia, porém, essa igualdade de oportunidades de modo especial na área da educação, aparece mais como uma utopia do que uma realidade social, principalmente em nosso público-alvo de pesquisa: as pessoas com deficiência, como traz o autor David Rodrigues(2014):

A educação é uma utopia. Afinal, foi nos prometido igualdade de oportunidades para todas as crianças e adolescentes em idade escolar. Foi assim pensado desde que a ideia de escola foi criada: nós vamos dar a todos o mesmo, e a partir de darmos a todos o mesmo, nós criamos igualdade de oportunidades, – e nós sabemos: isso não é verdade.

Ele reforça ainda que a igualdade de oportunidades não se avalia por aquilo que se dá, mas por aquilo que se recebe. Isto é, não adianta dar a todas as pessoas o mesmo, se sabemos que há pessoas que não têm capacidade para receber, para absorver, para usar, para utilizar, para integrar aquilo que lhes é dado. Refletindo sobre isso, faremos então uma cronologia nas principais legislações relativa à inclusão educacional de pessoas com deficiência, onde daremos o ponto de partida no ano de 1988 até o ano de 2015:

- **1988** – O artigo 205 da Constituição Federal define a educação como um direito de todos, que garanta o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No art. 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino, por fim no art. 208, garante que é dever do Estado oferecer o atendimento educacional especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino.
- **1989** – A Lei nº 7.853/89 onde dispõe se sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social. Além de criminalizar quaisquer atitudes de recusar, suspender, adiar, cancelar ou extinguir a matrícula de um estudante por causa de sua deficiência, em qualquer curso ou nível de ensino, seja ele público ou privado.

³ IBDPD. Instituto Brasileiro dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Inclusão Social da Pessoa com Deficiência. Rio de Janeiro: IBDPD, 2008. p. 35.

- **1990** – Declaração Mundial de Educação para todos consta que “as necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à Educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo”. O texto da declaração ainda usava o termo “portador”, que hoje em dia não é mais utilizado.
- **1994** – Declaração de Salamanca, sendo a base legal mundial da Educação Inclusiva, defende que escolas regulares com orientação inclusiva constituem “o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo educação para todos”. Além disso, sugere que tais escolas podem “proporcionar educação eficaz para a maioria das crianças, melhorar a eficiência e, conseqüentemente, o custo-benefício de todo o sistema educacional”.
- **1996** – Lei nº 9.394 (LDB)⁴: assegura o atendimento aos educandos com necessidades especiais e estabelece critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial para fins de apoio técnico e financeiro pelo poder público.
- **1999** – Convenção da Guatemala: onde se traz o princípio da não discriminação, que recomenda “tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais”. Ora, é preciso garantir direitos iguais de participação, de aprendizagem, de trabalho, entre outros.
- **2001** – Parecer CNE/CP⁵ nº 9: estabelece que a educação básica deva ser inclusiva, para atender a uma política de integração dos estudantes com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos docentes das diferentes etapas inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos
Parecer CNE/CEB⁶ nº 17, no item 4, afirma-se que a inclusão na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como de desenvolver o potencial dessas pessoas.
- **2002** – Lei nº 10.436 reconhece a língua de sinais como meio legal de comunicação e expressão, bem como outros recursos de expressão a ela associados.
Portaria MEC nº 2.678 aprova-se o projeto da grafia braile para a língua portuguesa, recomenda seu uso em todo o território nacional e estabelece diretrizes e normas para

⁴ Lei de diretrizes e bases da educação nacional;

⁵ Conselho Nacional de Educação / Conselho Pleno

⁶ Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica

a utilização, o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braile em todas as modalidades de ensino.

- **2005** – Decreto nº 5.626 dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular; e também a formação e a certificação do professor, instrutor, tradutor e intérprete; o ensino de língua portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular.
- **2006** – Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, onde no art. 24 aborda a educação: “Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida”.
- **2007** – Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) recomenda a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a implantação de salas de recursos multifuncionais e a formação docente para o atendimento educacional especializado (AEE).
- **2011** – Decreto nº 7.611 vem declarar que é dever do Estado garantir um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e em igualdade de oportunidades para alunos com deficiência; aprendizado ao longo da vida; oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação, entre outras diretrizes.
- **2015** – Lei nº 13.146 (LBI)⁷: o capítulo IV que com base na Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, aborda o direito à educação que deve ser inclusiva e de qualidade em todos os níveis de ensino, além de garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras.

Vemos que aparato constitucional para as pessoas com deficiência não faltam, contudo, no contexto real da educação, o que se observa são informações apenas contidas no papel, mas com dificuldades de serem postas em práticas. O que nos compete como comunidade acadêmica e comunidade geral é buscar meios para que estas saiam do papel e possam valer na vida das pessoas com deficiência e que seus impactos de efetivação possam nos atingir como uma evolução no meio social. Logo após uma consciência legal, adentraremos no seguinte tópico referente à educação de pessoas com deficiência desde seus primeiros marcos, onde analisaremos a caminhada de um Educação especial até sua forma mais objetiva como Educação inclusiva.

⁷ Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência;

2 PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL À EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Nos séculos XVII e XVIII podemos constatar que foi uma época caracterizada pela exclusão total da pessoa com deficiência, a sociedade exalava ignorância e preconceito, onde até mesmo as famílias e escolas condenavam este público com extrema rejeição de modo a excluí-los totalmente do estado social. Estas pessoas encontravam-se internadas em manicômios, prisões, orfanatos, quaisquer instituições que os tratavam como anormais e doentes. No decorrer da história a humanidade modifica suas concepções sobre a deficiência e evolui “conforme suas crenças valores culturais, concepção de homem e transformações sociais que ocorreram em diferentes momentos históricos” (BRASIL, 2001).

As primeiras perspectivas históricas de educação de pessoas com deficiência surgem então na Europa no ano de 1620, onde são fundadas em Paris as primeiras instituições especializadas na educação de pessoas com deficiências. Tempos mais tarde, os Estados Unidos e Canadá, trazem os primeiros programas a pessoas com deficiência, promovendo saúde básica, alimentação, moradia e educação, numa população vista até então como segregada e a margem da sociedade.

O primeiro contato no Brasil com a educação de pessoas com deficiência ocorreu ainda no período imperial, inspirada em modelos europeus e americanos, como marco inicial há a criação de duas importantes instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, no ano de 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, sendo o atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, sendo ambas localizadas no Rio de Janeiro. Outro importante marco veio em 1926, com a fundação da primeira instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental o Instituto Pestalozzi. Após quase duas décadas, em 1945, a Sociedade Pestalozzi cria o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação, por Helena Antipoff⁸. E em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE;

Apesar do antigo histórico de inclusão, somente em 1961, surgiram as primeiras leis de diretrizes e bases na educação brasileira que garantiam aos “excepcionais” sua inclusão na rede escolar de ensino, com perspectivas iniciais de integração social. Em 1971, ainda durante a ditadura militar, uma nova lei sobrepõe a anterior, propondo um “tratamento diferenciado” e de tal forma excludente, aos alunos com deficiência (físicas, psíquicas, sociais, superdotação e quaisquer uns que se encontrasse em estado de atraso educacional).

⁸ Helena Antipoff – Grande pesquisadora e educadora de crianças com deficiência; foi pioneira na introdução da educação especial no Brasil, onde fundou a primeira Sociedade Pestalozzi. O seu trabalho no Brasil é continuado pela Fundação Helena Antipoff.

No ano de 1973, é criado o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, que se tratava do órgão central de gerenciamento da educação especial, esse centro, hoje, é a Secretaria de Educação Especial - SEESP, que manteve basicamente as mesmas competências e estrutura organizacional de seu antecessor, que se situa no próprio ministério desde sua fundação.

Somente em 1978, se tem pela primeira vez, uma emenda constitucional que trata do direito das pessoas com deficiência, onde "é assegurado aos deficientes à melhoria de sua condição social e econômica especialmente mediante a educação especial e gratuita". E depois de dez anos, chegamos à atual constituição que garante sua integração preferencialmente na rede regular de ensino, como vimos no tópico das bases legais de inclusão.

Estes primeiros marcos foram substanciais para a inclusão das pessoas com deficiência, além de surtirem como base na valorização da educação especial numa perspectiva da educação inclusiva, onde atualmente referente a essa educação especializada as crianças e jovens com deficiência do ensino público contam com o AEE, como um complemento para o seu desenvolvimento, onde é preferencialmente realizado dentro da própria escola.

Após essa viagem no tempo e bagagem de conhecimento consolidada, podemos evidenciar a forma de evolução da sociedade brasileira, que saí de um caráter excludente e preconceituoso e que aos poucos reconhece positivamente as pessoas com deficiência, e iniciam uma inclusão social e garantia de direitos como equiparação social. A partir desta perspectiva iremos adentrar no foco principal desta pesquisa, a Educação Inclusiva nos dias atuais.

3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA X INTEGRAÇÃO ESCOLAR: CONTEXTOS E REALIDADES

3.1 O que é e o que não é inclusão?

Quando se aborda a inclusão no âmbito educacional num geral, refere-se a toda a população que se encontra marginalizada na sociedade (pobres, negros e pardos, indígenas, mulheres, LGBT's, idosos, crianças e pessoas com deficiência.), no contexto da educação inclusiva o seu público-alvo são as pessoas com deficiência.

A inclusão busca combater o preconceito por meio do reconhecimento e a valorização das diferenças acreditando nas competências, capacidades e potencialidades de cada um. Mantoan (2003, p.29) reforça este papel social da inclusão no sistema de educação, em sua fala onde afirma que: “Temos de combater a descrença e o pessimismo dos acomodados e mostrar que a inclusão é uma grande oportunidade para que alunos, pais e educadores demonstrem as suas competências, os seus poderes e as suas responsabilidades educacionais”. Além deste, destaca-se também como função social da educação inclusiva, o desenvolvimento sensível e empático da sociedade, onde as pessoas possam reconhecer as diferenças, respeitá-las e aceita-las como componente fundamental de uma formação cidadã, como base mencionamos a LDB 9.394/96 que ressalta a inclusão educacional como fator primordial na construção da nacionalidade.

E como regulamentadora e ambiente desta educação inclusiva, frisamos que de acordo com Sacristán & Gómez (2000, p. 24), entre as funções sociais que a escola tem de se desenvolver está à função compensatória onde a escola, enquanto instituição social deve: “atenuar, em parte, os efeitos da desigualdade e preparar cada indivíduo para lutar e se defender nas melhores condições possíveis, no cenário social”. E segundo Libâneo (2001, p.45): “(...) a escola precisa assumir que também é seu papel ensinar valores e atitudes, sob o ponto de vista de um comportamento ético, no que se refere à vida, ao ambiente e às relações humanas”. Assim também compete ao professor a iniciativa de apresentar um esforço contínuo no exercício da docência sem preconceitos.

Referindo-se a inclusão no âmbito escolar, podemos evidenciar alguns exemplos de que inclusão é: Propiciar a ampliação do acesso dos alunos com deficiência às classes comuns e aos professores da classe comum uma formação básica especializada para este público; Compreender que as crianças mesmo com processos diferentes de aprendizagem e objetivos podem aprender juntas; Atuação dos apoios pedagógicos especializados em trabalho conjunto com os professores para estabelecer formas criativas de atuação no ensino das crianças com deficiência; Adaptar os espaços físicos de forma acessível para as pessoas com deficiência; Praticar o respeito com o próximo e as suas diferenças;

Assim como também podemos destacar que não se pode caracterizar a Inclusão em: Apenas levar crianças às classes comuns sem o acompanhamento do professor especializado, isto se trata de integração, não inclusão; Ignorar as necessidades específicas de cada criança; Fazer com que as crianças sigam um único processo de desenvolvimento, ao mesmo tempo e para todas as idades; Não possibilitar e fornecer o atendimento de educacional especializado as crianças com necessidades educacionais especiais; Esperar que os professores de classe

regular ensinam as crianças com deficiência sem nenhuma base de formação; Excluir a participação destes alunos na sala de aula e não realizar metodologias diferenciadas de ensino para os mesmo; Desrespeitar ou propagar atitudes de inferiorização a estas crianças; Não propiciar um espaço físico adaptado às pessoas com deficiência.

3.2 Conceituando a educação inclusiva

Então falamos de inclusão, funções sociais das escolas, professores, numa perspectiva inclusiva, mas afinal, o que é a Educação Inclusiva?

Educação Inclusiva exige o atendimento de necessidades especiais, não apenas aos portadores de deficiências, mas de todas as crianças. Implica trabalhar com a diversidade, de forma interativa - escola e setores sensíveis. Deve estar orientada para o acolhimento, aceitação, esforço coletivo e equiparação de oportunidades de desenvolvimento. Requer que as crianças portadoras de necessidades especiais saiam da exclusão e participem de classes comuns. Para isso, é necessário um diagnóstico cuidadoso que levante as necessidades específicas de cada criança. (SCOTTO, 2008)

Podemos conceituá-la como uma educação contemporânea que é para todos, que valoriza as diferenças e não as camuflam, onde todos têm acesso e direito a permanência nas escolas, uma educação universalizada, mais do que isso, à medida que ela se torna uma educação para todos, ela deve ser única e que atenda as necessidades educacionais de cada um. Onde cada criança tenha atenção, atendimento e o respeito que merecem, pois nos interessa uma educação que seja atenta às necessidades de seus educandos, uma escola que tenha ênfase em uma aprendizagem centrada no aluno e no seu processo de aprendizagem, sendo um princípio base para as escolas inclusivas.

3.3 Educação inclusiva x Integração escolar: concepções e cotidianos

De acordo com Mantoan(2003):

“O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído, e o mote da inclusão, ao contrário, é o de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar. As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades” (MANTOAN, 2003, p.16).

O sentido da integração escolar está na inserção da pessoa com deficiência preparada para conviver em sociedade. Ela consiste na permanência do aluno com deficiência por todas as classes e níveis de ensino regular, seja nas escolas públicas ou particulares, onde sua

educação fica condicionada ao ensino especial, trata-se de uma parcial inserção destes alunos, pois se oferece uma educação segregada. Apesar de seu contexto, a integração tem seu mérito, pois é centrada em processos contra a exclusão destes alunos no meio escolar, ela busca uma aproximação e aceitação das pessoas com deficiência na escola comum.

Na perspectiva da Educação Inclusiva:

“(…) tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas turmas comuns do ensino regular, orientando os sistemas de ensino para garantir o acesso ao ensino comum, a participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados de ensino; a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; a oferta do atendimento educacional especializado; a formação de professores para o atendimento educacional especializado e aos demais profissionais da educação, para a inclusão; a participação da família e da comunidade; a acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informações; e a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.” (Coneb⁹/2008 e Conae¹⁰/2010).

A educação inclusiva busca quebrar barreiras que possam vir a impossibilitar a participação e desenvolvimento de um ou outro aluno por conta de sua respectiva singularidade, tendo como uma de suas funções a elaboração de práticas e recursos pedagógicos que sejam acessíveis a todos os alunos. Ela vai desde uma adaptação arquitetônica as necessidades do aluno a uma formação docente diferenciada e práticas pedagógicas voltadas às necessidades educacionais dos mesmos.

No contexto atual da educação brasileira, a educação inclusiva é acrescida de grandes desafios cotidianos, pois o sistema de ensino público ainda se encontra em atraso para esta nova educação. As práticas neste contexto são mais comumente de integração escolar do que uma real inclusão em si. A integração por vezes se teve um bom resultado nas relações sociais e é uma das raízes da educação inclusiva, embora que sua prática no sistema público tem sido mais uma obrigação de efetivação de direito, do que preocupação social com as crianças com deficiência, sendo vista de maneira mais quantitativa do que qualitativa, onde se apresenta números de integração com codinomes de inclusão.

Essa concepção assegura-se em referências governamentais, que quando aborda sobre a inclusão, volta-se a numerologia das matrículas, do que uma adaptação e qualidade

⁹ Conferência Nacional de Educação Básica

¹⁰ Conferência Nacional da Educação

educacional, como evidencia abaixo um trecho da entrevista com Secretária de Educação Especial da SEESP¹¹ quando questionada sobre no que se refere à inclusão escolar, que avanços já obtivemos?

Alguns avanços já podem ser observados na análise dos indicadores das políticas públicas de educação inclusiva registrados no Censo Escolar INEP/2004. Do ano de 2002 para 2004 houve um aumento de 118 mil novas matrículas de alunos na educação especial, passando de 448.601 para 566.753, um crescimento de 26,3%. A inclusão em classes comuns do ensino regular passou de 110.704 em 2002 para 195.370 matrículas em 2004, representando um crescimento de 76,4 %. Outro avanço diz respeito ao número de municípios com matrícula de alunos na educação especial passando de 3.612 em 2002, para 4.273 em 2004, um crescimento de 18,3% e o número de escolas de educação básica com de alunos com necessidades educacionais especiais que passou de 24.789 estabelecimentos em 2002, para 37.749 em 2004, um crescimento de 52,3%. (Dutra, 2005)¹²

Ora sabemos o quão valiosos são estes números e de grande relevância para a inclusão, mas os avanços obtidos não devem se limitar apenas a esta quantificação, que apesar de fundamental e uma das bases desta pesquisa, não é a única característica principal de uma educação inclusiva, mas de uma integração escolar, que no que se trata do contexto escolar público estes números não evidenciam tanto na vida das pessoas com deficiência e em uma melhora social, tendo isto se ressalta a análise da Dra. Pilar Sánchez(2005)¹³, em sua a pesquisa na área da educação sobre a integração escolar no Brasil que diz:

“Ainda que se saiba que esses alunos estavam escolarizados nas classes regulares, conhece-se pouco do processo de ensino-aprendizagem que seguiam. Constatou-se que um aluno podia estar integrado e passar bastante tempo isolado na sala de apoio, ou estar na sala regular, porém sem interagir com seus companheiros”(Sánchez, 2005)

E concluímos este tópico também sob a luz de sua concepção sobre o princípio da inclusão numa perspectiva em relação a integração escolar existente:

“Em síntese, poder-se-ia dizer que o termo inclusão surge, a princípio, como uma alternativa à integração; como uma tentativa de eliminar as situações de desintegração e exclusão em que se encontravam muitos alunos nas escolas, sob o enfoque da integração.” (Sánchez, 2005)

¹¹ Secretaria de Educação Especial do MEC

¹² Claudia Pereira Dutra - Secretária da SEESP/MEC. Entrevista concedida a INCLUSÃO - Revista da Educação Especial - Out/2005.

¹³Dra. Pilar Arnaiz Sánchez - Professora titular da Faculdade de Educação / Departamento de Didática e Organização Escolar / Universidade de Murcia – Espanha.

4 O ÂMBITO ESCOLAR DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO MUNICIPAL DE REDENÇÃO

4.1 Metodologia

A pesquisa qualitativa volta-se para entendimento das relações sociais de um grupo, ela não se atenua a representativos numéricos, mas, sim a características da realidade que não podem ser calculadas. Ela se contrapõe ao modelo positivista, pressupondo uma metodologia própria que não precisam ter seus valores quantificados e que mesmo assim dá diversas possibilidades de compreender os fenômenos relacionados à vida humana e as suas relações sociais. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Os pesquisadores que se utilizam desse método de pesquisa visam explicar a razão e o porquê das coisas, exprimindo melhores alternativas para o que deve ser feito; inclusive é muito utilizada nas áreas de pesquisa das ciências humanas. Um exemplo deste método qualitativo é o estudo de caso onde o objeto de estudo não é interferido pelo pesquisador, mas apresentado como se é percebido por ele.

O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador (FONSECA, 2002, p. 33).

A presente pesquisa caracterizada por qualitativa foi realizada por meio de um estudo de caso, através de uma observação no âmbito escolar de cada instituição, centralizado em crianças e jovens com deficiência e seu processo inclusivo educacional. Os alunos foram observados durante os meses de abril e maio, sem que houvesse interferências no seu ambiente, a observação teve enfoque nas salas de aulas, voltada aos alunos com deficiência e secundariamente os demais presentes, fora também realizadas também quatro entrevistas narrativas, sendo elas com 2 professoras, 1 apoio pedagógico especializado e com a diretora de 1 das escolas. Durante a análise optou-se pela não limitação a apenas uma deficiência específica, pois assim se possibilita explicar os diversos contextos dos observados, seja de localização, idade, nível escolar e deficiência.

O estudo é realizado nas três regiões do município de Redenção (Serra, Centro, Distrito), afim de uma melhor e mais abrangente conceituação da pesquisa. Caracterizamos os

observados por Estudantes 1,2 e 3. O Estudante 1, uma criança de 6 anos com TEA em nível leve ou síndrome de asperge, que estuda na EMEIEF¹⁴ Cecília Pereira localizada em Antônio Diogo, distrito de Redenção; O Estudante 2, de 17 anos com síndrome de down, estuda na EMEF¹⁵ Maria Augusta Russo dos Santos, localizada no Centro do município; e por fim a Estudante 3, uma jovem de 12 anos com baixa visão, cursa o 7º ano na EMEIEF João Alves Gouveia, localizada na Serra da Faísca a 13km do Centro.

As observações consistiram no acompanhamento e descrição do processo de inclusão educacional no ensino fundamental público de estudantes com deficiência, onde foi possível avaliar como se encontra atualmente o âmbito escolar destes alunos, em vista de compreender e analisar quais as práticas exercidas pela atual gestão pública do município em relação à educação das pessoas com deficiência, que tipo de condições são fornecidas pelas escolas para uma educação inclusiva, a relação social dos alunos com e sem deficiência no meio escolar, e os desafios enfrentados juntamente com os resultados obtidos pelo presente processo inclusivo.

4.2 A Redenção da educação inclusiva: uma utopia ou realidade?

Este tópico baseia-se na pesquisa realizada sobre a atual condição do processo inclusivo educacional em comparativo ao posicionamento da gestão do município, através de uma entrevista concedida pela vice-prefeita de Redenção (ex-secretária da educação) sobre a educação inclusiva no município, onde a mesma relata que:

“Em Redenção, as escolas passaram, nesse sentido, a desempenhar um papel ambíguo frente à diversidade: de um lado, abriu as portas aos alunos com necessidades especiais, do outro, os professores estão buscando capacitação inclusiva como fonte de instrução e acolhimento”.

“A questão da inclusão de crianças com necessidades educativas especiais na rede regular de ensino insere-se no contexto das discussões, cada vez em evidência, com seus respectivos direitos e deveres de participação e contribuição social. Um mundo mais inclusivo e participativo, trabalhar o coletivo dentro e fora da escola tem sido a prioridade da Educação em Redenção”.¹⁶

Infelizmente o contexto observado, não apresentava tanta beleza quanto à fala citada, se tratarmos de ideais, realmente poderia haver um melhor enquadramento, pois se encaixa perfeitamente na perspectiva de uma escola inclusiva, entretanto dentre as três realidades observadas podemos destacar em comum e relatado pelos entrevistados que a docência e

¹⁴ EMEIEF – Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental

¹⁵ EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental

¹⁶ Falas da atual Vice-prefeita do município de Redenção. Entrevista concedida ao jornal – O ESTADO – MAIO/2017.

gestão escolar tem uma forte carência de instrução e capacitação para o desempenho de práticas de inclusão social e pedagógica.

Que o município teve seus avanços é importante sim destacarem-se, exemplos deste são o AEE instituído pela gestão anterior, iniciativa dos apoios pedagógicos especializados, parcerias com a UNILAB¹⁷ para atividades pedagógicas e brincadeiras, inauguração da Casa Encantada¹⁸, e uma rede de apoio a saúde da família por vários profissionais, no entanto, ao lado dos bons feitos há o seu revés.

No âmbito escolar observado do Estudante 1, havia a presença do apoio pedagógico e o mesmo encontrava-se em interação com os demais alunos. O apoio se utilizava metodologias lúdicas para despertá-lo o interesse da criança pelo saber. As demais crianças demonstravam respeito na sala e tinha um carinho muito grande pela criança, inclusive, compartilhavam os métodos para aprendizagem e o auxiliavam também. Fora relatado que anteriormente a presença do apoio, a criança encontrava-se mais inquieta, não havia interesse pelos estudos, e comportava-se em algumas vezes agressivamente com os colegas, e para professora toda aquela situação era bem complicada por causa da superlotação das salas, a mesma relatou a falta de preparo para aquelas situações e para o ensino, e que realmente houve melhoras significantes desde a chegada do APE¹⁹ na sala. Observou-se que a criança tinha uma ótima desenvoltura com as atividades propostas, quando não conseguia realizar atividades o apoio o auxiliava, a criança não permanecia 100% na sala de aula, mas estava acompanhada e quando fora da sala de aula, desenvolvia outras atividades sempre com teor pedagógico. Das conquistas adquiridas deste ano, ressaltou-se a escrita do aluno em letra cursiva e seu aprendizado sobre noções de grandeza.

Com o Estudante 2, o caso não se encontra com tantos benefícios, faltava atenção nas atividades, o aluno estava desmotivado e não tinha um APE para auxiliar seu desenvolvimento, as brincadeiras e atividades lúdicas lhe chamavam atenção, porém, havia um certo desinteresse docente e gestor perante sua educação. Os alunos interagiam bem e o mesmo agia de maneira recíproca, mas em sala de aula o aluno não permanecia e nem havia esforços por parte dos docentes para sua permanência, nem esforços para alguma tentativa educacional inclusiva. Observou-se que o aluno era bastante ausente e faltavam por várias vezes as aulas. Infelizmente ocorriam falhas em vários contextos, por parte de todos perante a educação do aluno.

¹⁷ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – Universidade Federal e Internacional localizada nas cidades de Redenção e Acarape no Ceará e em São Francisco do Conde na Bahia

¹⁸ Projeto desenvolvido por uma parceria da Prefeitura de Redenção com a UNILAB, cujo objetivo é oferecer a crianças e adolescentes um processo de aprendizagem em suas mais variadas formas.

¹⁹ Apoio Pedagógico Especializado

Na Estudante 3, também percebeu a ausência do APE, e mesmo a jovem tendo baixa visão, as atividades não era adaptadas para sua condições física, sua interação era maior com as meninas e ela recebia o apoio de uma colega para todas as atividades em sala. As adaptações arquitetônicas também se encontravam em déficit, a gestão relatou que na escola havia outros alunos, e ocorria interesse na educação desses alunos, embora que a falta de preparo surge novamente como problema, e a escola pouco recebiam incentivos da secretaria de educação para permear uma educação inclusiva e entre outros pontos educacionais, principalmente por se localizar em uma região serrana. A professora da presente estudante relatou que para ela não havia problemas na educação da aluna e que algumas atividades eram adaptadas, embora, contava-se para isso com o apoio de uma aluna para ditar as atividades quando não preparadas, e que buscava tratar em sala como se a aluna não tivesse nenhuma deficiência, e sim uma pessoa “normal” e relatou da falta de interação entre o AEE e de preparo para o ensino de alunos com deficiência.

4.3 Concepções reais da inclusão: Um olhar analítico sobre a educação inclusiva em Redenção

Na presente pesquisa, podemos analisar três contextos bem diferentes da educação inclusiva no município. No primeiro caso, percebemos uma educação inclusiva mais presente e efetiva onde os resultados já se encontravam em andamento, e pareciam condizer um pouco com o relato da gestão municipal, porém, os demais não apresentam esta realidade, é visto que os princípios e fundamentação das leis ainda é desconhecido, principalmente pelo população rural, a educação inclusiva ainda não encontra-se nestes ambiente escolares. Então de três ambientes, apenas um demonstra essa realidade, por quê? A quem interessa esse desconhecimento de direitos? Há muito que se trabalhar perante a gestão do município, pois nada adianta uma inclusão não oferecida a todos, os passos precisam ser executados com firmeza e com o seu devido valor.

Referente ao projeto dos APE's, a presente gestão conta com participação voluntária de estudantes universitários dos cursos de pedagogia e letras, que receberam algumas formações perante a educação de alunos com deficiência e práticas para exercícios, os mesmos no cotidiano devem desenvolver de maneira autônoma atividades de acordo com a deficiência do seu educando, no entanto, neste projeto apenas existem 8 participante, logo no entanto, apenas 8 estudantes de todo o município são atendidos com estes profissionais, que se encontram apenas em maior concentração no distrito do município, devido a uma maior demanda deste público. O projeto encontra-se em prática, mas com dificuldades, devido ao

pouco apoio a estes profissionais, além de não haver uma valorização financeira e incentivo na formação continuada dos mesmos. A existência do projeto encontra-se em prática devida a uma maior pressão sofrida pela gestão pelos pais dos alunos da APADR, e que devido as cobranças judiciais precisou iniciar sua prática, mas que não sabe-se até quando irá, principalmente por tratar-se de um voluntariado e a ausência de incentivo a continuidade destes profissionais.

Os alunos com deficiência que possuem laudo, atualmente encontram-se assistidos pelo AEE que localiza-se no Centro do município, que por estranho que possa parecer é realizado na escola do Estudante 2. Onde os alunos realizam 1x por semana este atendimento e são trabalhados práticas educativas de acordo com sua deficiência visando sua evolução educacional, entretanto, as salas de AEE ainda encontram-se com faltas de preparo e a escola também não possui adaptação arquitetônica para o recebimento destes alunos, que dificulta um pouco a prática deste serviço, mas que ainda sim, está em prática.

Durante a pesquisa procurou-se reconhecer o currículo e os PPP's das escolas, que como esperado não havia mensuras a educação destes alunos na escola, além da falta de materiais adaptados e preparação docente, que já podemos avaliar que contrapõe a primeira fala da gestão do município. Pois como já dito apenas a permanência física destes alunos não pode se caracterizar como educação inclusiva. Além por parte da pesquisa procurou-se saber sobre essa discussão existente da gestão perante a inclusão, e não foi percebido este acaloramento pela discussão perante a gestão, além da falta da capacitação inclusiva para as escolas, o que demonstra que apesar de algumas tentativas para Redenção da Educação inclusiva, ainda há muitas lutas a serem travadas para esta realidade tanto pelos familiares dos alunos com deficiência, profissionais da educação e gestão do município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva em sua concepção traz uma abordagem democrática e humanística, que se estende além dos muros da escola. As mudanças sociais vêm ocorrendo e é preciso cada vez mais reestruturar as gestões públicas, sociedade, as mentes e as escolas, objetivando assegurar e garantir os direitos das pessoas com deficiência, além da valorização e o respeito à diversidade humana.

As escolas precisam acompanhar essas mudanças da sociedade e sendo ela por vez uma das bases primordiais de formação cidadã, devem adequar-se aos educandos e não ao contrário. É preciso avançar nas políticas públicas e sua efetivação. A legislação das pessoas

com deficiência é vasta? Sim, mas há o que se melhorar e fiscalizar suas práticas, pois nada adianta se estiverem só em papéis e não na vida das pessoas. A prática deve acompanhar o discurso, superando essa oposição, um deve fortalecer o outro. Trata-se de um desafio a ser enfrentado pelas instituições governamentais, de ensino e sociedade em geral, pois a inclusão gera benefícios, gera qualidade de vida, gera cidadania.

“A inclusão existe exatamente como um desafio para que as escolas tenham o compromisso de educar a todos. Não é porque não foi suficientemente aceita pela maioria das redes de ensino como uma oportunidade de a escola adquirir qualidade que vamos deixar isso para trás. Se o sistema ainda não está bom, temos que desafiar as escolas a fazer um atendimento melhor para todos” (MANTOAN, 2013).

As escolas públicas já são carecidas de diversas necessidades devido à falta de incentivo governamental por parte dos seus gestores públicos, encontramos como pontos deste despreparo nas escolas a falta de adaptações de acesso físico aos alunos com deficiências motoras; as salas de aulas no sistema público encontram-se superlotadas; a falta de materiais especializados para suprir às necessidades educacionais dos alunos e serviços de apoio educacional especializado para atender estes alunos e apoiar os professores em vista das práticas educativas inclusivas; a ausência de formação docente sobre a educação inclusiva e o atendimento aos alunos com deficiência, e também podemos destacar a hesitação dos pais de alunos com e sem deficiência em relação a esta inclusão escolar, entre outros pontos.

A insegurança e a falta de informação dos pais sobre o direito que o filho tem a uma educação diferenciada, por exemplo, uma barreira que também devemos considerar. Observamos também durante as entrevistas com as docentes, que muitos pais não concordam por não acreditar que é possível fazer a inclusão, e outros não acreditam que seus filhos possam se desenvolver na vida educacional, no entanto, não são todos os casos. Nesse aspecto, as famílias precisam muito ser trabalhadas, no sentido de sentir segurança, suporte, acolhimento e incentivo ao desenvolvimento dos seus filhos ou membros familiares.

A população brasileira desde cedo possui uma tendência muito forte para a meritocracia, e o elitismo escolar, em praticamente todos os níveis de ensino; com isso os alunos que correspondem as expectativas de desenvolvimento e aprendizado num contexto educacional, são mais valorizados, pois se adequam a um modelo falsamente idealizado de aluno e excluimos e descaracterizamos aqueles que não conseguem corresponder a este modelo. Por outro lado, há que se admitir que as instituições tenham seus fins próprios e nem sempre um novo propósito, como é o caso da inclusão, encaixa-se no foco de seus interesses imediatos. É preciso que as novidades sejam assimiladas ou para que se encontrem saídas que

as mesmas possam ser praticadas, principalmente na localidade estudada, o município de Redenção.

Os alunos com deficiência e a sociedade, não pode mais esperar, a somente integração já não basta! As presenças destas crianças e jovens estão cada vez mais efetivas, precisando ser abordadas e valorizadas tanto pela sociedade, como em estudos, projetos, avanços no meio acadêmico, e principalmente pelas gestões educacionais, de saúde e de políticas públicas do município. Os seus direitos precisam tomar forma em suas vidas, não há mais como ignorar ou fingir inexistência como se ocorria e em alguns casos ainda se ocorre na cidade. Conforme Lopes e Rech (2013, p.212), “[...] a inclusão como imperativo implica, pelo seu caráter de abrangência e de imposição a todos, que ninguém possa deixar de cumpri-la, que nenhuma instituição ou órgão público possa dela declinar”.

Façamos então da utópica Redenção inclusiva uma realidade, o que se precisa oferecer está claro, porém, as atitudes precisam ser tomadas de todos os lados, as lutas continuam e os resultados são certos. A educação inclusiva é uma forte aliada do desenvolvimento humano, quando trabalhada de maneira eficaz possibilita o uma evolução socio acadêmica de todos os seus participantes, além do combate ao preconceito através do reconhecimento e da valorização das diferenças enfatizando as competências, capacidades e potencialidades de cada um, ela objetifica uma sensibilização, envolvimento e crescimento social, principalmente por parte da comunidade escolar.

REFERENCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. Educação inclusiva: com os pingos nos "is". 4. ed. Porto Alegre: Ed. Meditação, 2006.

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4ª Ed., rev. e atual. Brasília : Secretaria de Direitos Humanos, 2010. 100p.

COSTA, Dóris Anita Freire. Superando limites: a contribuição de Vygotsky para a educação especial. **Rev. psicopedag.**, São Paulo, v. 23, n.72, p. 232-240, 2006.

GIL, Marta. (08 de Setembro de 2017). © Instituto Rodrigo Mendes. **Projeto Diversa**. Acesso em 01 de Maio de 2018, disponível em Diversa: <http://diversa.org.br/artigos/a-legislacao-federal-brasileira-e-a-educacao-de-alunos-com-deficiencia/>

LIBÂNEO, J. C.. Adeus Professor, adeus Professora? Novas exigências educacionais e profissão docente. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LOPES, M. C. e RECH, T. L. "Inclusão, biopolítica e educação". **Educação**, v. 36, p. 210-219. Editorial Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2013.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér (org.), Caminhos pedagógicos da inclusão. São Paulo: Memnon - edições científicas, 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?. São Paulo: Moderna, 2003.

RODRIGUES, David (Org.). Inclusão e educação: Doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

SACRISTÁN, J. Gimeno; GOMÉZ, A. I. Pérez. As funções sociais da escola: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência: Compreender e transformar o ensino. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

UNESCO. Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Salamanca-Espanha: 1994.

VYGOTSKY, L.S. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por todas as oportunidades a mim concedidas, por toda força a cada dia para o enfrentamento de todas as barreiras que tiveram até o último segundo, sem essa força divina não estaria aqui hoje. Aos meus pais e familiares por todos os incentivos e apoio na minha formação, de um modo especial minha mãe, base maior da minha vida, que me apoio em todos os dias corridos, noite difíceis e que me apoia em tudo, principalmente no cuidado com a minha filha para que eu possa todos os dias poder crescer e lhes proporcionar um dia algo melhor. A minha filha, Eloísa Nalu, que atualmente tem 2 anos, e é meu maior motivo, a força propulsora para eu alcançar tudo que puder, para lhe dar o melhor. Aos meus avós paternos e maternos que sempre acreditaram e mesmo de maneira secundária me apoiaram. As minha amigas, de um modo especial as Vanessas's da minha vida que foram incentivos e ajuda em aspectos diferentes desta conquista acadêmica, inclusive minha querida Vanessa orientadora deste artigo, primeiramente por toda paciência infinita comigo, por ser incrivelmente amável e de uma sabedoria de vida e acadêmica linda, sem seu apoio minha pesquisa talvez não tivesse o mesmo valor, tu és a inclusão e força das pessoas com deficiência e o quão grande podem ser, só gratidão e orgulho de ti. A banca avaliadora pelo compromisso e compreensão em todos os momentos, sou extremamente grata. Por fim, a mim que não pretendo parar aqui, mas alçar grandes voos na pesquisa da educação inclusiva e carreira docente nesta área.

Gratidão!

ANEXOS

▪ Declarações de autorização de pesquisa e divulgação dos dados coletados


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNILAB
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA

Solicitação

Solicito para os devidos fins que a aluna Stefany Fernandes Silva, matrícula 2015100392, da disciplina de Língua Brasileira de Sinais do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades compareça na E.M.E.F. Cecília Pereira escola com o objetivo de fazer uma pesquisa de campo de sua pesquisa do TCC, com os alunos com deficiência e professores e a coleta de dados dessa instituição possa ser divulgada em sua pesquisa sob responsabilidade da Professora Vanessa Teixeira de Freitas Nogueira, SIAPE 2332968, disciplina de Libras.

Sem mais.

Prof. Ms. Vanessa Teixeira de Freitas Nogueira
Vanessa Teixeira de Freitas Nogueira

Edlândia Maria Mendes de Vasconcelos
(Diretora ou coordenação da escola)
Edlândia Maria Mendes de Vasconcelos
DIRETORIA GERAL
PORT. N.º 028/2017

Redenção 25 de Maio de 2018


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNILAB
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA

Solicitação

Solicito para os devidos fins que a aluna Stefany Fernandes Silva, matrícula 2015100392, da disciplina de Língua Brasileira de Sinais do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades compareça na E.M.E.F. João Alves Gouveia escola com o objetivo de fazer uma pesquisa de campo de sua pesquisa do TCC, com os alunos com deficiência e professores e a coleta de dados dessa instituição possa ser divulgada em sua pesquisa sob responsabilidade da Professora Vanessa Teixeira de Freitas Nogueira, SIAPE 2332968, disciplina de Libras.

Sem mais.

Prof. Ms. Vanessa Teixeira de Freitas Nogueira
Vanessa Teixeira de Freitas Nogueira
Maria Célia de Lima Gouveia
DIRETORA
PORTARIA N.º 081/2017
(Diretora ou coordenação da escola)

Redenção 24 de Maio de 2018


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNILAB
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA

Solicitação

Solicito para os devidos fins que a aluna Stefany Fernandes Silva, matrícula 2015100392, da disciplina de Língua Brasileira de Sinais do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades compareça na E.M.E.F. Maria Augusta Russo dos Santos escola com o objetivo de fazer uma pesquisa de campo de sua pesquisa do TCC, com os alunos com deficiência e professores e a coleta de dados dessa instituição possa ser divulgada em sua pesquisa sob responsabilidade da Professora Vanessa Teixeira de Freitas Nogueira, SIAPE 2332968, disciplina de Libras.

Sem mais.

Prof. Ms. Vanessa Teixeira de Freitas Nogueira
Vanessa Teixeira de Freitas Nogueira

Jose Eduardo de Costa Alves
(Diretora ou coordenação da escola)
Jose Eduardo de Costa Alves
Portaria: 028/2017
CPF: 473.036.543-72

Redenção 25 de maio de 2018